



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS/GEOGRAFIA

GUSTAVO ALMEIDA SOUSA SILVA

**A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA CIDADE DE GRAJAÚ - MA A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO CACHOEIRA DO PESQUEIRO
LARGO**

Grajaú – MA
2026

GUSTAVO ALMEIDA SOUSA SILVA

**A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA CIDADE DE GRAJAÚ - MA A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO CACHOEIRA DO PESQUEIRO
LARGO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas/Geografia.

Orientador: Prof. Robinson Santos Pinheiro

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Gustavo Almeida Sousa.

A Expansão do Agronegócio na Cidade de Grajaú - MA a Partir da Percepção dos Moradores do Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo / Gustavo Almeida Sousa Silva. - 2026.
49 f.

Coorientador(a) 1: Luciano da Rocha Penha.

Coorientador(a) 2: Renata Lima Ferreira.

Orientador(a): Robinson Santos Pinheiro.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2026.

1. Povoado da Cachoeira do Pesqueiro Largo. 2. Grajaú. 3. Agronegócio. 4. Territorialização. I. Pinheiro, Robinson Santos. II. Ferreira, Renata Lima. III. Penha, Luciano da Rocha. IV. Título.

GUSTAVO ALMEIDA SOUSA SILVA

**A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA CIDADE DE GRAJAÚ - MA A PARTIR DA
PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO CACHOEIRA DO PESQUEIRO
LARGO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/Geografia, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas/Geografia.

Aprovado em: 23/01/2026

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Robinson Santos Pinheiro
Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Rocha Penha
Universidade Federal do Maranhão

Renata Lima Ferreira
Universidade Federal do Maranhão

*Dedico a Deus, fonte de toda a
Sabedoria e minha fortaleza
e ao meu Pai (in memoriam),
por todo amor e ensinamento,
minha eterna inspiração.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, o Deus a quem sirvo, Senhor e dono de todas as coisas. Foi Ele quem me sustentou em cada etapa desta caminhada, renovando minhas forças, sabedoria e perseverança para superar os desafios nos momentos de cansaço, dúvidas ao longo dessa trajetória. Sem Sua graça, nada disso teria sido possível. Como declara a palavra de Deus: “Em tudo daí graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco” (1 Tessalonicenses 5:18)

Agradeço à minha família, que sempre foi meu alicerce. Em especial, à minha mãe, Eliane dos Santos Almeida Sousa, mulher de fé, força e dedicação, que com amor, sabedoria e zelo nos ensinou valores que levarei por toda a vida. Sua criação, seus ensinamentos e seu cuidado constante foram fundamentais para a formação do meu caráter e para que eu pudesse caminhar de forma íntegra, responsável e perseverante. Seu apoio incondicional, sua presença firme e seu incentivo em todos os momentos foram decisivos para que esta conquista se tornasse realidade.

Dedico este trabalho, com profunda gratidão e respeito, à memória do meu pai, Manoel Lopes da Silva Sousa (*in memoriam*). Seu exemplo de homem, pai e educador permanece vivo em mim e em tudo o que sou. Foi por meio de seus ensinamentos, de seu cuidado e de sua forma honesta de nos criar que aprendemos a trilhar caminhos corretos, pautados no respeito, na dignidade e no compromisso com o bem. Mesmo não estando fisicamente presente até o final desta jornada, sua influência, seu amor e seu apoio no início do curso foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Esta conquista também é uma homenagem à sua vida.

Aos meus irmãos, Evanilson de Almeida Sousa, Thaís de Almeida Sousa e Laís de Almeida Sousa, deixo meu agradecimento mais sincero. Vocês sempre estiveram ao meu lado, oferecendo apoio, incentivo, amizade e companheirismo nos momentos bons e difíceis. São pessoas essenciais em minha vida, e o amor e a união que compartilhamos foram fundamentais para que eu não desistisse diante dos desafios. Esta pesquisa também é dedicada a vocês, que fazem parte desta conquista.

Agradeço de forma muito especial à minha esposa, Lucilene dos Santos Silva, pelo amor, dedicação, apoio e paciência ao longo de toda esta trajetória. Em muitos momentos, foi sua palavra de incentivo, sua compreensão e sua presença que

me deram forças para continuar, mesmo diante do cansaço e das dificuldades. Sua parceria, cuidado e fé em mim foram essenciais, e esta vitória também lhe pertence.

Agradeço de maneira muito especial ao meu orientador, professor Robinson Santos Pinheiro, por toda a dedicação, paciência, compromisso e profissionalismo ao longo da construção deste trabalho. Sua orientação foi fundamental para a definição dos caminhos metodológicos, para o aprimoramento da escrita acadêmica e para o desenvolvimento crítico desta pesquisa. Seu apoio, disponibilidade e incentivo foram decisivos para que este trabalho alcançasse seus objetivos e pudesse ser concluído. Registro ainda meu desejo de que as bênçãos de Deus e que o Senhor, em sua infinita bondade continue abençoando grandemente sua vida.

Também agradeço à minha primeira orientadora, professora Dr. Rosimary Gomes Rocha, que contribuiu significativamente no início desta pesquisa. Mesmo tendo sido necessário interromper sua orientação por motivos de saúde, sua participação foi muito importante para a construção deste trabalho. Da mesma forma, agradeço à minha segunda orientadora, professora Me. Aichely Rodrigues, que também teve um papel fundamental na escrita, na continuidade e no desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, agradeço a toda a instituição, ao corpo docente, aos colegas de classe e assim também ao corpo técnico da instituição e a todos que, de alguma forma, contribuíram para minha formação acadêmica e para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso. Cada ensinamento, incentivo e apoio recebido foi essencial para que eu chegasse até este momento.

“O Senhor é quem vai adiante de ti; Ele será contigo, não te deixará, nem te desampará”. Deuteronômio 31:8

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, irá apresentar a pesquisa realizada com o tema sobre a expansão do agronegócio no município de Grajaú-MA a partir da concepção dos moradores do povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo. O Objetivo geral da pesquisa é compreender o processo de expansão do agronegócio em Grajaú-MA na concepção dos moradores da Cachoeira do Pesqueiro Largo. Para a realização do proposto, foi usado da pesquisa teórica sobre o tema para melhor fundamentar o trabalho e a realização de entrevistas com 3 moradores do povoado e com o Secretário de Agricultura de Grajaú. Conclui-se que a expansão do agronegócio, em Grajaú-MA, apresenta benefícios econômicos, mas também impõe desafios sociais e ambientais às comunidades rurais, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

Palavras-chave: Povoado da Cachoeira do Pesqueiro Largo, Grajaú; Agronegócio; Territorialização.

ABSTRACT

This course completion paper will present the research conducted on the theme of the expansion of agribusiness in the municipality of Grajaú-MA, from the perspective of the residents of the village of Cachoeira do Pesqueiro Largo. The general objective of the research is to understand the process of agribusiness expansion in Grajaú-MA from the viewpoint of the residents of Cachoeira do Pesqueiro Largo. To carry out the proposed study, theoretical research on the subject was used to better support the work, along with interviews conducted with three residents of the village and the Secretary of Agriculture of Grajaú. It is concluded that the expansion of agribusiness in Grajaú-MA presents economic benefits, but also imposes social and environmental challenges on rural communities, highlighting the need for public policies that promote more balanced and sustainable development.

Keywords: Village of Cachoeira do Pesqueiro Largo, Grajaú; Agribusiness; Territorialization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO MARANHÃO	14
3	A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA CIDADE DE GRAJAÚ-MA.....	20
3.1	Formação Socioespacial de Grajaú	20
3.2	Territorialização do povoado cachoeira do pesqueiro	25
4	ANALISE DA PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NOS POVOADOS.....	27
4.1	Entrevista com o Secretário de Agricultura de Grajaú	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	41
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	44
	APÊNDICE B – O ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	45
	APÊNDICE C – O ROTEIRO DAS ENTREVISTA COM O SECRETARIO DE AGRICULTURA DE GRAJAÚ.....	47

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa apresentar a expansão do agronegócio no município de Grajaú, MA (ver imagem 1 abaixo), a partir da percepção dos moradores do povoado Cachoeira do Pesqueiro largo.

Imagem 1 - Mapa do Município de Grajaú no Estado do Maranhão



Fonte: Por Raphael Lorenzeto de Abreu - Image:Maranhao MesoMicroMunicip.svg, own work, CC BY 2.5, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1150535>

Temos como objetivo geral compreender o processo de expansão do agronegócio no município de Grajaú–MA, a partir da percepção dos moradores do Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo, considerando seus impactos sociais, econômicos, territoriais e ambientais. Como objetivos específicos, busca-se: Analisar

o processo da expansão do agronegócio em Grajaú–MA, contextualizando-o no âmbito regional do sul do Maranhão; identificar e interpretar a percepção dos moradores do Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo acerca das transformações sociais, econômicas e ambientais decorrentes do avanço do agronegócio; e, por fim, examinar a atuação do poder público municipal frente à expansão do agronegócio e suas políticas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural no município de Grajaú–MA.

Para desenvolver o proposto, a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, com caráter descritivo, tendo como foco a análise da expansão do agronegócio no município de Grajaú–MA, a partir da percepção dos moradores do Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender as experiências, interpretações e percepções dos sujeitos sociais diretamente inseridos no território pesquisado, valorizando seus relatos e vivências.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com base em livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais que abordam temas como agronegócio, territorialização, agricultura no Maranhão e impactos socioambientais. Essa etapa possibilitou o embasamento teórico necessário para a compreensão do fenômeno estudado e para a contextualização histórica e geográfica da área de pesquisa.

Posteriormente, buscou desenvolver a pesquisa de campo, realizada no Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo, localizado na zona rural do município de Grajaú–MA. O trabalho de campo teve como principal instrumento metodológico a aplicação de entrevistas semiestruturadas, possibilitando a combinação de perguntas previamente elaboradas com a liberdade para que os entrevistados aprofundassem suas respostas, conforme suas experiências e percepções.

Foram entrevistados três moradores do povoado, escolhidos a partir do critério de tempo de residência e envolvimento com atividades produtivas locais, além de uma entrevista realizada com o Secretário Municipal de Agricultura de Grajaú–MA, com o intuito de compreender a percepção do poder público acerca da expansão do agronegócio e das políticas voltadas para a zona rural e a agricultura familiar. Para preservar a identidade dos moradores entrevistados, optou-se por utilizar nomes fictícios, inspirados em espécies de árvores encontradas na região, sendo eles: entrevistado 1 - Ypê, entrevistado 2 - Angico e entrevistado 3 - Aroeira.

Cabe destacar ainda da dificuldade para fazer as entrevistas, pois chegando no primeiro entrevistado, o mesmo estava ocupado tratando um porco criado por ele mesmo para comer em família, pois a família estava reunida no dia da entrevista, um final de semana; pedido do entrevistado, tivemos que voltar em outro horário. Já o segundo entrevistado, por sua vez, também estava ocupado na preparação de latadas¹ em sua casa para receber e fazer uma festa em família no final de semana seguinte, mas o mesmo usou um tempinho para nos atender. Com o terceiro entrevistado, este também estava muito ocupado na colheita de sua lavoura, ele estava carregando os milhos secos, batendo no trator para ensacar os grãos para o armazenamento dos mantimentos da criação. Com isso ele não teve tempo e acabou desistido da entrevista, foi aí que teve a necessidade de procurar um substituto para o terceiro entrevistado. Assim, tive que voltar no povoado em outra data, foi aí que deu certo. A entrevista com o secretário foi marcada de forma honrosa pelo o mesmo, porém o secretário não iria estar; desta maneira, ele indicou um dos técnicos de sua equipe para ser entrevistado. Porém, no dia da entrevista, deu certo para o próprio secretário ser o entrevistado, desta maneira, a entrevista foi realizada com ele e foi acompanhada com a presença de uma boa parte do corpo técnico da secretaria de agricultura de Grajaú.

As entrevistas foram gravadas com autorização dos participantes e, posteriormente, transcritas manualmente, devido o desconhecimento em relação à ferramentas digitais de transcrição. Após a transcrição, os dados foram analisados de forma qualitativa, buscando identificar elementos centrais, recorrências e divergências nas falas dos entrevistados.

Por fim, os dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e das entrevistas foram articulados e analisados de forma integrada ao longo do trabalho, permitindo a construção de uma análise crítica sobre os impactos do agronegócio no município de Grajaú–MA e, especificamente, no Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo, considerando tanto a perspectiva dos moradores quanto a visão do poder público municipal.

Neste momento, cabe destacar que o presente trabalho encontra-se dividido em cinco partes. A primeira parte corresponde à Introdução, na qual são

¹ Latada: é uma estrutura simples, geralmente feita de madeira ou bambu, coberta de palha, serve para passar o tempo para se proteger do sol e da chuva.

apresentados o tema da pesquisa, a contextualização do objeto de estudo, os objetivos e a relevância da investigação acerca da expansão do agronegócio no município de Grajaú–MA, com foco no Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo.

A segunda parte aborda a expansão do agronegócio no Brasil e no estado do Maranhão, discutindo os principais conceitos, processos históricos e as dinâmicas territoriais relacionadas ao avanço da fronteira agrícola, bem como seus impactos socioambientais, com base em referencial teórico especializado.

A terceira parte trata da expansão do agronegócio no município de Grajaú–MA, contemplando a formação socioespacial do município, o desenvolvimento das atividades agrárias ao longo do tempo e o processo de territorialização do Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo, situando-o no contexto das transformações ocorridas no espaço rural local.

A quarta parte dedica-se à análise das entrevistas realizadas, apresentando e discutindo a percepção dos moradores do Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo e do Secretário Municipal de Agricultura acerca dos impactos sociais, econômicos, territoriais e ambientais decorrentes da expansão do agronegócio no município.

Por fim, na quinta parte, são apresentadas as considerações finais, nas quais são sistematizados os principais resultados da pesquisa, retomando-se os objetivos propostos e destacando-se que a expansão do agronegócio em Grajaú–MA, embora tenha promovido crescimento econômico e geração de empregos, também impõe desafios sociais e ambientais às comunidades rurais, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

2 A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL E NO MARANHÃO

Atualmente é imprescindível refletir sobre as questões ambientais, preservação dos recursos naturais e proteção da natureza, não só por uma perspectiva atual como das gerações futuras. Isso porque o ambiente saudável é essencial para a sobrevivência humana, dado que a qualidade ambiental é um assunto que vem sendo cada vez mais discutido pela sociedade nos últimos anos, sobretudo, quando se fala em produtividade, agricultura e agronegócio.

A qualidade ambiental vem se preocupando com a preservação do meio ambiente, na qual sua urgência de preservação decorre da degradação da natureza e de uso de seus recursos sem medidas prudentes. Conforme Botelho e Silva (2004, p. 154) “a qualidade ambiental deve ser encarada não só como o somatório das qualidades de cada um dos componentes do meio, mas como condição essencialmente ligada à qualidade de vida das populações”.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Maranhão é dividido em 5 mesorregiões (ver Imagem 2), e 21 microrregiões (ver imagem 3). No caso do presente estudo, o foco é a mesorregião Sul, onde a prática do agronegócio é bastante intensa e também para abranger como recorte de espaço, fazendo uma espécie de delimitação do campo empírico da área onde essa atividade é demasiada, principalmente pela produção de soja, regionalmente denominada de “Arranjo Produtivo de Soja do Pólo Sul do Maranhão”.

Imagem 2 – Mapa do Maranhão dividido nas 5 mesorregiões.



Fonte: Por Baixarmapas - Image: Mapa de mesorregiões do Maranhão, <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-mesorregioes-do-maranhao/>.

Imagem 3 – Mapa do Maranhão dividido em suas microrregiões.



Fonte: Por Rainer Lesniewski - Image: Maranhão mapa político e administrativo com bandeira, <https://www.istockphoto.com/br/vetor/maranhao-mapa-pol%C3%ADtico-e-administrativo-com-bandeira-gm949359802-259157533>

A expansão do agronegócio no sul do Maranhão faz parte da lógica do capitalismo, que busca produzir a todo custo, sem pensar na destruição ambiental. No modelo de produção capitalista, há uma pilhagem de recursos naturais como uma tendência “exclusiva de comportamento em relação ao meio ambiente, ou seja, produção ilimitada, fruto direto e fundamental de um modelo econômico que gira em torno da produção de lucro” (Pinto; Zacarias, 2010, p. 45).

Nesse sentido, o objetivo das práticas produtivas do agronegócio não é a satisfação das necessidades diretas, mas sim a produção de lucro:

A lógica da expansão do capital vem induzindo a uma série de contradições, uma delas é o crescimento da produção a todo custo e a concomitante destruição ambiental. Tais contradições levam à destruição dos recursos naturais, solapando uma importante fonte de acumulação do capital. Para o referido autor, a busca pelo crescimento, em última instância incontável, sempre foi uma característica fundamental do capital, como uma determinação sistêmica intrínseca. Sem isso o capital não teria conquistado o palco histórico, como de fato conquistou. Esse crescimento está fundamentado na taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias (Pinto; Zacarias, 2010, p. 45).

A lógica capitalista é uma das responsáveis pela crescente expansão do agronegócio no Maranhão, que está alicerçado em um modelo de produção dependente do uso intensivo de agrotóxicos, o que intensifica a degradação dos recursos naturais, em evidência a contaminação dos recursos hídricos, por exemplo.

Desse modo, é pertinente destacar a correlação entre o agronegócio e os impactos ambientais, até porque regiões cuja economia seja “eminentemente agrícola e que façam uso abundante de agrotóxicos, deveriam desenvolver políticas de saúde que tivessem um enfoque para incorporar os problemas de saúde daí resultantes” (Ferreira *et al.*, 2016, p. 744).

Diante de uma perspectiva atual, onde há uma exigência de sustentabilidade e preservação dos novos tempos, é essencial discutir sobre a escassez dos recursos naturais e seus atributos no meio ambiente, bem como fomentar sobre a importância da qualidade ambiental visando uma análise crítica sobre práticas produtivas do agronegócio, em especial na região sul do estado do Maranhão, “um estado eminentemente agrícola, que historicamente cumpre um papel na divisão nacional e internacional do trabalho, principalmente no fornecimento de matérias-primas” (Azar, 2015, p. 6).

Assim, é cada vez mais urgente a necessidade de discutir sobre a implantação de práticas sustentáveis nas atividades desenvolvidas no agronegócio, pois esse tema têm sido um dos principais assuntos abordados e exigidos pela sociedade nas últimas décadas, principalmente porque o Maranhão é um estado produtor do agronegócio de grande destaque no cenário nacional.

O Maranhão, em especial a região sul, começou a chamar atenção de produtores de outros estados do Brasil desde de 1980, onde os mesmos passaram a migrar para o solo maranhense para produzir, com destaque para o soja.

Na atualidade, o Maranhão está inserido na rota do capital mundial, a partir de dois eixos produtivos, sendo eles o industrial e o agronegócio, tendo em vista que sob a perspectiva histórica, o estado tem:

[...] se encarregado de produzir os produtos primários e destiná-los ao exterior ou ao mercado interno (nacional ou regional) e comprá-los depois de industrializados. Foi assim com o algodão, com o arroz, com o gado e está sendo com os minérios, com vários outros produtos e especialmente com a soja. Nem os processos de produção e nem as formas de exploração da agricultura são os mesmos, mas obedecem à mesma lógica da acumulação e reprodução (Botelho, 2010, p. 30)

Dessa forma, a implantação do agronegócio no Sul do Maranhão do jeito como se conhece hoje é resultado de um processo gradual, que ocorreu a partir de uma “concentração de técnicas de produção, principalmente a partir da região agrícola de Balsas, devido à maior oferta de terras, tempo de implantação de cultura e técnica acumulada na produção” (Botelho, 2020, p. 9).

Outro fator que contribuiu para a consolidação do agronegócio no Sul do Maranhão, foi a implantação do Programa Corredor de Exportação Norte na década de 1990, que tinha o objetivo de criar uma infraestrutura para possibilitar a “rentabilidade dos produtores rurais, devido a necessidade de concessão de crédito agrícola para a correção dos solos, para o custeio das safras e para a comercialização dos grãos da soja a preços do mercado mundial” (Ferreira, 2012, p. 1).

O Programa faz parte da Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (FAPCEN), entidade criada em 1993 por empresários e produtores rurais para atender às suas necessidades acerca das pesquisas agrícolas buscando promover um desenvolvimento sustentável para a região do Corredor de Exportação Norte, constituído pelos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, equilibrando a produção de alimentos com responsabilidades, ambiental e inclusão de pessoas nativas aos ensinamentos sobre prática agrícola (FAPCEN, 2022).

Assim, conforme o estado foi se estruturando nos últimos anos do século XX, a economia seguiu o ideário neoliberal e as tendências de modernização da produção nas atividades desenvolvidas no campo. Contudo, a produção no campo se modernizou apenas em parte, no caso, a produção patronal, pois a exemplo do que ocorre a nível nacional, o velho latifundiário se revestiu de moderno e passou a adotar práticas produtivas de altos índices de produtividade, todavia, permanecendo a mesma e velha estrutura fundiária e as desigualdades (Azar, 2015).

Hoje em dia, o Maranhão tem sua reorganização produtiva no campo principalmente voltada para o agronegócio:

O agronegócio ser entendido como as práticas produtivas ligadas ao setor agropecuário, mas que aqui assume articulação clara com a produção industrial, o que faz com que, muitas vezes, não haja clara distinção entre os setores produtivos. Assim, quando se fala em agronegócio no Maranhão, fala-se na produção agropecuária propriamente dita, mas também nas várias atividades de industrialização que se encontram estreitamente relacionadas ao setor. Ou seja, aqui, a indústria e o agronegócio se articulam de forma intrínseca e complementar, sendo que ao tratar-se de um, não se exclui o outro. Então, ao processamento de minério feito nas guseiras, imprescindível é o carvão vegetal produzido nas carvoarias, com a madeira resultante dos monocultivos do eucalipto (Azar, 2015, p. 6).

Por isso mesmo que tanto a produção agropecuária como também as várias atividades de industrialização que se encontram estreitamente relacionadas ao setor, compõem o volante do agronegócio no estado que se expande cada vez mais, principalmente voltado para as culturas de soja, eucalipto, bambu e cana-de-açúcar, assim como a siderurgia, aciaria e exploração de ouro e gás além da existência de hidrelétrica, termoelétricas e base aeroespacial.

No caso da região sul do estado do Maranhão, o arranjo produtivo do agronegócio é formado pelos seguintes municípios: Riachão, Alto Parnaíba, Tasso Fragoso, Balsas, Grajaú, Fortaleza dos Nogueiras, Sambaíba, Loreto e São Raimundo das Mangabeiras, ressaltando que o município de Balsas é o centro regional e principal produtor dessa área (IBGE, 2005).

Outro ponto importante é que nesse contexto das práticas de agronegócio no sul maranhense é a influência e viabilidade fornecidas pelas vias de transporte e comunicações, que são essenciais para conectar os municípios e realizar o deslocamento das produções e por isso mesmo, são importantes fatores logísticos para discutir sobre a expansão do agronegócio nessa localidade, já que são utilizados em favor da empresa capitalista voltada para a produção agrícola nesse local (Barbosa, 2006).

Entendida a organização em relação aos municípios da região sul do Maranhão, é relevante tratar das atividades produtivas desenvolvidas desde a implantação do agronegócio no Sul do Maranhão:

Até o período imediatamente anterior à introdução da agricultura moderna, assentavam-se em bases econômicas tradicionais. É de se supor que o aspecto infra-estrutural daquele espaço moldava-se às exigências e necessidades daquelas que, por sua vez, respondia às demandas requeridas. Portanto, os equipamentos instalados diziam respeito a essa realidade econômico-espacial temporal. A partir da decisão do Estado em dotar os espaços que, de alguma forma, ainda não se encontravam totalmente inseridos em programas econômicos, como o Nordeste, por exemplo, de mecanismos regionais e/ou locais que viabilizassem as demandas futuras (Ferreira, 2012, p. 2).

Conforme essa necessidade foi surgindo, a demanda também foi aumentando e, com isso, foi necessário implantar melhores infraestruturas, com o objetivo de dotar esses espaços com instrumentos que proporcionassem maior fluidez, especialmente no que dizia respeito às atividades econômicas, que foi crescendo cada vez mais.

De acordo com Azar (2015), o Maranhão é um estado que possui um histórico de indicadores de desigualdade elevados, tem em sua formação socioeconômica, papel definido na divisão nacional e internacional do trabalho, como provedor de matérias-primas, com ciclos produtivos que desde o período colonial não variaram ao longo do tempo, pois naquela época, produtos como o algodão e a cana-de-açúcar eram exportados para atender o mercado internacional. Atualmente, as produções de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, bambu, cumprem a mesma função (Azar, 2015).

3 A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA CIDADE DE GRAJAÚ-MA

3.1 Formação Socioespacial de Grajaú

Grajaú, oficialmente, burocraticamente, se forma no ano de 1811, por Antônio Francisco dos Reis. Este veio por meio das embarcações. As embarcações utilizadas por Antônio Francisco dos Reis eram, em sua maioria, canoas, meio de transporte amplamente empregado no interior do Maranhão durante os séculos XVIII e XIX. Essas embarcações eram fundamentais para a exploração do território, o transporte de pessoas, mercadorias e gêneros alimentícios, além de possibilitarem a integração entre povoados ribeirinhos e centros mais distantes, como Vitória do Mearim e São Luís.

O processo de formação socioespacial de Grajaú está diretamente relacionado à navegação fluvial, especialmente ao uso das embarcações que possibilitaram o deslocamento humano, o comércio e a ocupação do território. Nesse contexto, destaca-se a figura de Antônio Francisco dos Reis, reconhecido como fundador de Grajaú, cuja chegada e circulação pela região ocorreram, predominantemente, por meio dos rios, sobretudo o rio Grajaú.

Foto 1 - Localidade denominada como Porto da Chapada



Fonte: Gustavo Almeida Sousa, 2026 (arquivo pessoal)

De acordo com registros históricos, as canoas utilizadas nesse período eram construídas de forma artesanal, muitas vezes a partir de um único tronco de árvore escavado, técnica herdada dos povos indígenas que habitavam a região antes da ocupação não indígena. Essas embarcações não possuíam quilha nem vela, sendo impulsionadas principalmente por remos ou varas, e variavam de tamanho conforme a finalidade do transporte, podendo carregar tanto pessoas quanto cargas comerciais.

No caso de Antônio Francisco dos Reis, as canoas desempenharam papel essencial na consolidação do povoado que deu origem à cidade de Grajaú. Por meio da navegação fluvial, foi possível estabelecer conexões econômicas e políticas com outras regiões, garantindo o abastecimento de produtos, o escoamento da produção local e a comunicação com a capital da província. Assim, os rios e as embarcações configuraram-se como verdadeiros eixos estruturantes da ocupação territorial e do desenvolvimento socioeconômico da região.

O termo canoa (ver foto 2 abaixo), por sua vez, refere-se a uma embarcação estreita e alongada, tradicionalmente construída em madeira, utilizada em rios, lagos e áreas costeiras de águas calmas. No contexto amazônico e maranhense, a canoa representa mais do que um simples meio de transporte, constituindo-se como um elemento cultural e histórico fundamental para a sobrevivência, o trabalho e a organização espacial das populações ribeirinhas. Seu uso foi decisivo para a formação de cidades como Grajaú, onde os cursos d'água funcionaram como vias naturais de circulação e integração territorial.

Foto 2 - Canoa semelhante a utilizada na época, localizada no rio Grajaú, no Porto da Chapada – local de início da colonização branca na região.



Fonte: Gustavo Almeida Sousa, 2026 (arquivo pessoal).

Antônio Francisco dos Reis, em companhia de pessoas de sua família, foram um dos primeiros povos não indígenas que chegaram na região, onde os mesmos vieram por meio do rio Grajaú. Cabe destacar, que o local de partida foi a cidade de Balsas, MA, e o meio de locomoção foram pequenos barcos construídos para tal fim.

Logo depois da descoberta do povoado na antiga fazenda denominada Porto da Chapada, de propriedade do Manoel Valentim Fernandes, Antônio Francisco segue na navegação até a capital São Luís. Chegando na então capital, foi recebido pelo governador daquela época, e veio novamente para região para residir o povoado e ajudar no seu desenvolvimento ocidental.

O povoado início na margem leste do rio Grajaú, a povoação denominava “Porto da Chapada”; ali iniciou a construção de residências e de depósitos para o armazenamento de sal e gêneros alimentícios com intenção de abastecer a população que ali habitava e os ribeirinhos vizinhos, onde chegou o número de 40 pessoas que habitava no porto no ano de 1814.

Segundo Pacheco Filho (2011, p. 189), em sua tese, ele apresenta que:

[...] as embarcações naquela época eram canoas simples, feitas através das técnicas dos índios, eram fabricadas com um único troco de árvore, essas simples embarcações não tinham quilha nem vela, e seu tamanho varia de cinquenta e sessenta palmos.

Com o avanço do comércio tecido por meio do “balançar” das embarcações, a hoje Grajaú se formava. As ocupações davam por meio dos moradores de fazendas que eram localizadas a beira do rio, especificamente na porta da chapada.

Contudo, cabe mais que destacar, que não podemos esquecer que a formação de Grajaú está atrelada a população indígena. Os indígenas que habitavam o povoado antes da chegada do Antônio Francisco dos Reis eram os Timbiras e Picogé e viviam na margem Oeste do rio. Como versado acima, destaca-se que a população não indígena residia na parte Leste do Rio Grajaú.

Segundo o Site do IBGE, 2025, no ano de 1814, os indígenas promoveram uma chacina contra os moradores daquela época, que era aproximadamente 40 pessoas, onde escapou apenas 6 que não se encontrava no momento da invasão. Pela defesa de seu território que estava sendo tomado pelos povos não indígenas, os indígenas queimavam o sal e jogavam dentro do rio a fim de acabar com a alimentação dos povos.

Dois anos depois, em 1816, as 6 pessoas que sobreviveram a chacina, deram início novamente ao povoamento não indígena da região, dando o nome de São Paulo do Norte.

Feito esta apresentação, a fim de ampliar o diálogo com os nossos objetivos, a partir de agora, destacar-se-á a questão da produção agrária realizada na cidade que hoje denominamos Grajaú. Desta feita, no século XIX, Grajaú, era uma região importante para a produção agrícola e extrativista. Algumas das principais atividades econômicas da região incluíam as seguintes áreas: Agricultura, com a produção de algodão, cana – de – açúcar, mandioca, milho e outros produtos agrícolas. Como mencionado acima, outro meio econômico era o extrativismo, com a exploração de recursos naturais, como madeiras e produtos florestais. Por sua vez, a pecuária que tinha seu sustento na criação do gado.

Outro atrativo no processo de colonização não-indígena foi a questão da “riqueza” em recursos naturais, como a presença de vários rios (tais como Grajaú, Mearim e o Santana) e florestas.

No Século XX, com destaque até 1970, Grajaú continuou a ser uma região importante para a produção agrícola e extrativista. Com o avanço do agronegócio, a cidade se destacou com a produção de milho, arroz, feijão e outros produtos agrícolas. No extrativismo, teve um avanço na exploração de recursos, como a madeira e produtos florestais). Em relação a pecuária, teve um avanço na criação do gado, suíno e avícola.

Atrelado ao processo supracitado, a região também passou por mudanças econômicas e sociais significativas ao longo do século XX, incluindo a expansão da fronteira agrícola e a migração de pessoas de outras regiões do Brasil.

O papel dos “vareiros” na economia se dava por meio da mercadoria que era vendida na região usando as canoas, os mesmos faziam o percurso entre as fazendas e cidades que era localizada nas margens do rio, para fazer a entrega das mercadorias. (Pacheco Filho, 2009), retrata em seu artigo:

Nesse sentido, é por meio da memória que se chega à história dos Vareiros que desciam e subiam o rio Grajaú no centro sul do Maranhão, com suas canoas cheias de mercadorias em direção ao norte, mais exatamente ao município de Vitória do Mearim, localizada na baixada maranhense, há oitocentos quilômetros de distância de onde partiam. Os registros escritos desse périplo são ainda escassos se comparados à memória coletiva ainda existente. Daí porque o recurso da História oral torna-se fundamental na elaboração dessa história. (Pacheco Filho, 2009, p. 3)

Melo (2023), em seu Trabalho de Conclusão de Curso, aponta que o agronegócio moderno adentra em solos grajauenses na década de 1970. O autor destaca que foi por meio de incentivos governamentais que houve a inserção da agricultura moderna em Grajaú. No caso específico, a política de desenvolvimento territorial implementada foi as oriundas das ações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE. Cabe destacar que a SUDENE direcionou investimentos para fomentar os arranjos produtivos da agropecuária da lavoura e da produção do arroz sequeiro. Contudo, cabe destacar que a expansão do agronegócio só se deu a partir da década de 1980 com a produção da soja.

Hoje, 2026, a região é conhecida como a do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), local de avanço da fronteira agrícola do agronegócio.

3.2 Territorialização do povoado cachoeira do pesqueiro

O povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo, fundado no ano de 2000, fruto da reforma agrária, foi organizado formalmente por meio da Associação dos Moradores da Cachoeira do Pesqueiro Largo, constitui-se como uma pequena localidade rural vinculada administrativamente ao município de Grajaú-MA. O povoado encontra-se localizado a aproximadamente 19 quilômetros da sede municipal (ver imagem 4 abaixo), não possuindo *status* de distrito, estando, portanto, subordinado diretamente à gestão municipal e inserido na organização territorial do município.

Imagem 4 – Localização do povoado cachoeira do pesqueiro, mostrado no mapa via satélite.



Fonte: Gustavo Almeida Sousa, registro pessoal, 2026

Do ponto de vista espacial, o povoado situa-se em uma área rural cercada por outras pequenas comunidades, como os povoados Escondido, Garrafão e Brejo do Meio, localizados a uma distância média de 5 a 6 quilômetros. Essa configuração espacial evidencia a interligação entre os povoados rurais da região, bem como a dependência de infraestruturas comuns, como estradas vicinais, serviços públicos e fluxos econômicos.

Um dos entrevistados, Aroeira, acrescenta que historicamente o povoado se consolidou a partir das práticas tradicionais de pesca realizadas em um braço do rio, conhecido localmente como desvio natural das margens da cachoeira. Nesse espaço, os antigos moradores capturavam peixes de forma artesanal, utilizando-os não apenas para o consumo próprio, mas também como moeda de troca por produtos como feijão, arroz, milho e fava. Essa prática revela uma dinâmica econômica baseada na reciprocidade e na troca, típica das comunidades rurais tradicionais, evidenciando uma forma de organização social anterior à intensificação das relações mercantis.

Ainda segundo os moradores, o nome do povoado expressa de maneira direta a identidade do lugar, uma vez que combina dois elementos fundamentais da paisagem local: a cachoeira e o pesqueiro de grande extensão. Assim, a denominação “Cachoeira do Pesqueiro Largo” (ver foto 3, abaixo), não se limita a um aspecto geográfico, mas carrega consigo significados culturais, históricos e simbólicos construídos ao longo do tempo pelos sujeitos que vivem e produzem nesse território, dessa forma, a história e a cultura local do povoado estão profundamente enraizadas na relação entre a população e o ambiente natural

Foto 3 - Cachoeira do pesqueiro largo



Fonte: Gustavo Almeida Sousa, 2025 (arquivo pessoal)

4 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO AO AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NOS POVOADOS

Nesse momento da pesquisa, fomos a campo aplicar o questionário que objetivava perscrutar à percepção dos moradores dos povoados Cachoeira do Pesqueiro e do Cocal dos Crentes em relação ao avanço do agronegócio no município de Grajaú e na redondeza de suas propriedades.

O povoado que visitamos foi o povoado Associação dos Moradores da Cachoeira do Pesqueiro Largo, popularmente conhecido como Cachoeira do Pesqueiro.

Como já dito durante este trabalho, o povoado cachoeira do pesqueiro teve início no ano de 2000, através de uma associação, dando-se o nome de Associação dos moradores da cachoeira do pesqueiro largo.

Na época o tamanho geral da terra era em média de 960 hectares. Antes do povoado era apenas uma terra vazia e foi formando uma fazenda do proprietário Urbano Santos, que tinha uma família como moradora da fazenda que reside no local até hoje, eles chegaram no local no dia 2 de abril de 1982.

Quando urbano santos faleceu a terra foi dividida entre seus dois filhos, a parte de cima, local chamado de Susuarana, ficou para o Elson e a parte de baixo da cachoeira do pesqueiro ficou para o Elias Barros.

No início, o Elias Barros vendeu a terra para o governo e se iniciou a associação. Os moradores procuravam a terra e já ficava na mesma trabalhando até a aprovação da associação para divisão dos lotes, após a aprovação, cada morador foi trabalhando e morando no seu lote e hoje todos os lotes são quitados, muitos deles não são mais de origem do seu primeiro dono, pois muitos lotes foram vendidos.

Como pode ser observado no Anexo X (roteiro das entrevistas com os moradores do Povoado), optamos por realizar entrevistas semiestruturadas. Com questões fechadas e a possibilidade da pessoa entrevistada melhor detalhar a sua resposta.

Ao todo, dos três entrevistados, optamos em denomina-los com nomes de árvores encontradas no povoado. Assim, o entrevistado 1 chamar-se-á Ypê, o entrevistado 2 denominar-se-á Angico e o entrevistado 3 será alcunhado de Aroeira. Neste momento, com o intuito de melhor compreender a percepção dos moradores em relação a expansão do agronegócio, as perguntas serão aqui expostas, seguida

das respostas e, por fim, teceremos uma rápida análise sobre o apontado. Observa-se que os moradores mantêm práticas características da agricultura familiar, com produção diversificada voltada à subsistência e à comercialização local. Essa forma de produção difere do modelo do agronegócio, que prioriza monoculturas e produção em larga escala. Conforme destaca Fernandes (2008, p. 3), o agronegócio representa a consolidação da agricultura capitalista, baseada na produtividade intensiva e na inserção no mercado global. Assim, a permanência da policultura no povoado demonstra a resistência de práticas camponesas frente à expansão do modelo empresarial.

Em relação a pergunta **“Você possui terra ou propriedade agrícola?”**, ambos entrevistados responderam que sim. O tempo de posse do terreno data, em média, de 20 anos entre os moradores. O tamanho da propriedade é de 27 hectares, contudo, somente 19 hectares são disponíveis para produção, o restante deve ser preservado. Entretanto, o entrevistado Aroeira não tem mais o tamanho de origem da terra, em meio ao tempo e as adversidades da vida, tiveram que vender 16 hectares, restando 11 hectares para trabalharem. Segundo Fernandes (2008, p. 5), “o controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio”, demonstrando que esse modelo fortalece a concentração fundiária. Nesse sentido, mesmo quando os moradores possuem terra, eles enfrentam dificuldades estruturais que podem levá-los à perda parcial de sua autonomia territorial, evidenciando a desigualdade entre o agronegócio e a agricultura familiar.

Sobre a pergunta **“O que você cultiva, produz ou cria atualmente?”**, verifica-se que Ypê foca na criação de Gado e Galinhas. Já Angico consegue melhor diversificar a sua produção. Em suas palavras Angico, 2025 *“Na verdade, sou pescador artesanal, mais como a pesca não dá para resolver inteiramente da pesca, a gente cultiva o arroz, o feijão, a fava, o milho, cria galinha, porco e um gado, o bom de morar na roça é criar e produzir, se não tiver isso aí não tem o prazer de morar de roca.”* O dito por Angico foi segundos após ter parado o processo de limpeza de um porco matado em família para poderem compartilhar da carne. O Aroeira, entrevistado 3, afirma que sua família tem um foco na criação do o gado, galinha e porcos, também sempre trabalhando pra cultivar as plantações que os mesmos tem em sua propriedade, no cultivo da macaxeira, milho e entre outros.

O que ajuda a explicar a diversidade de produção do entrevistado 2, Angico, é que ele não dedica de seu trabalho a terceiros, o oposto de Ypê,

entrevistado 1. Ypê se vê envolto as labutas em outra propriedade, permitindo que o pouco tempo que reste seja investido em criações que não demandem muita mão de obra durante o dia. Aroeira leva a vida trabalhando em emprego formal, sendo colaborador de uma das fazendas com produção agrícola ao redor do povoado, e seus pais leva a vida cultivando e criando para o consuma familiar dentro de sua propriedade. A diversidade produtiva evidencia características típicas da agricultura camponesa, baseada na subsistência e na diversificação. Esse modelo se diferencia do agronegócio, que prioriza monoculturas voltadas ao mercado. Conforme Fernandes (2008, p. 3), o agronegócio representa uma forma de agricultura capitalista baseada na produtividade e no mercado global. Assim, a produção diversificada dos moradores representa uma forma de resistência territorial frente à expansão do modelo produtivista dominante.

Perguntado ao entrevistado o que segue: **“Há algo que gostaria de produzir, mas ainda não faz? Por quê?”** o entrevistado 1, Ypê, demonstra que tem o desejo de cultivar. Como disse em entrevista: *“Queria plantar o milho, mandioca. Não planta por que as coisas são muito difíceis e dependioso, em termo de maquinas, e para fazer o plantio manual é mais difícil”*. Já o entrevistado 2, Angico, tem o mesmo interesse, porém com uma dificuldade crítica em relação ao apoio financeiro, *“o milho, a macaxeira, a farinha, o arroz, a fava para exportar, mais como não temos apoio financeiro tanto do município como do estado, e nem ponte nós não tínhamos, passamos mais de 3 anos sem ponte, então a gente está fazendo só para sobreviver. Como já tem a ponte, agora é chegar condição financeira, aí nos tem condição de fazer um campo agrícola para a associação, para a comunidade. Hoje se nos tiver como plantar e colher, tem o comercio local para comprar. Hoje o que ta faltando é macaxeira, não tem macaxeira para a produção da cerveja quem tem fabrica aqui no maranhão. O que ta faltando é o incentivo e o apoio financeiro.”* (ANGICO,2025). O entrevistado 3, Aroeira, argumenta que até o momento não. Diz estar conseguindo produzir tudo o que se tem disponível. Contudo, no futuro, tem o interesse de investir em plantações maiores, como a de macaxeira. As limitações relatadas evidenciam a desigualdade no acesso à tecnologia e aos meios de produção. Fernandes (2008, p. 6) afirma que *“o agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção”*. Isso demonstra que o acesso desigual à tecnologia impede que os pequenos produtores

ampliem sua produção, reforçando sua condição de vulnerabilidade dentro do território.

Em relação ao futuro e as dificuldades para se produzir, se foi perguntado **“Quais são as principais dificuldades para produzir o que deseja?”**. A resposta do Ypê, entrevistado 1, liga-se a ausência de máquinas e tratores que permitam melhor gradear a terra. Angico, entrevistado 2, argumenta que falta o apoio do poder público, tanto municipal como estadual. Argumenta que se estes ajudassem, ia ser possível produzir para abastecer o município e até mesmo exportar. Porém, para isso, precisa de apoio institucional, ou seja, políticas públicas. Aroeira, entrevistado 3, argumenta a necessidade de máquinas que facilitem o serviço e também a criação de sistema de irrigação. As dificuldades relatadas mostram que os pequenos produtores não possuem o mesmo acesso aos recursos que o agronegócio. Segundo Fernandes (2008, p. 4), o agronegócio recebe maior apoio estrutural e institucional, fortalecendo sua expansão territorial. Dessa forma, a ausência de políticas públicas efetivas para os pequenos produtores contribui para a manutenção das desigualdades no campo.

Sobre as percepções de mudanças no povoado, foi perguntado **“Como você percebe as transformações que aconteceram no povoado nos últimos anos?”** Ypê aponta que melhorou e muito e percebe as mudanças a partir de 2005. Saliente que hoje tem estradas construídas, ponte e energia. Além de mencionar a conquista de ter construído a própria casa. Angico não especificou o período que se iniciou as mudanças, porém evidência um cenário diferente que arrolado por Ypê. Aponta que a comunidade não tem estrada, pois não tem piçarra. Argumenta que hoje possuem ponte, contudo, ficaram três anos sem a ponte, enfrentando a transposição do rio Grajaú por meio de balsa. Também salienta que a comunidade hoje tem poço artesiano, porém, o mesmo não foi construído no divisor de águas, que poderia possibilitar um melhor escoamento para todo povoado. Aponta que este foi construído junto ao colégio, não permitindo um melhor sistema de distribuição da água por elevação, ou seja, atendeu, mas não atendeu a comunidade, criando dificuldades de acesso a água do poço. Por fim, aponta que tiveram várias promessas, não sabendo especificar de quem, de ajuda para melhor produzir no povoado, aponta que somente o Trator veio por algumas horas para a comunidade, entretanto, até hoje esperam a construção da Casa da Farinha. Já Aroeira diz que nos últimos 8 anos tem melhorado bastante. Aponta melhoria na estrada, chegada da energia e construção da ponte. Por fim, saliente que, por óbvio, há muito o que melhorar. Como a própria

energia, que apresenta muita instabilidade. Além disso, a educação e a saúde precisam melhorar. Essa contradição demonstra que o desenvolvimento territorial ocorre de forma desigual. Fernandes (2008, p. 2) afirma que o agronegócio promove crescimento econômico, mas não necessariamente promove justiça social. Assim, embora existam melhorias estruturais, elas não beneficiam todos os moradores de forma igualitária, evidenciando desigualdade territorial.

Aproveitamos o momento de entrevista e perguntamos sobre a percepção dos entrevistados acerca dos serviços de saúde oferecidos pelo poder municipal – **“Como você avalia os serviços de saúde disponível aqui? (Ex.: postos, médicos, remédios)”**. Ypê diz que melhorou bastante, arguindo que o médico vem uma vez ao mês. Sendo a assistente de saúde a responsável por avisar a vinda do profissional. Angico aponta que há um esforço para realizar atendimento. Contudo, salienta que dos últimos 6 meses, o médico veio duas vezes. Além do mais, aponta que trazem pouca medicação básica. Aroeira aponta que o serviço é péssimo. Que há 60 famílias e não se tem um posto de saúde. Também salienta que o médico não vem todos os meses. Que o povoado já passou três meses sem receber a visita médica, inclusive teceu críticas ao agente de saúde. Isso demonstra que o crescimento econômico não garante automaticamente melhorias sociais. Conforme Fernandes (2008, p. 2), o agronegócio promove aumento de riqueza, mas também pode ampliar desigualdades sociais. Dessa forma, o desenvolvimento econômico não necessariamente resulta em melhorias estruturais completas para a população local.

Quando perguntamos sobre a questão da educação: **“E a educação? Como é a situação das escolas, transporte, escolar e acesso ao ensino?”**.

Ypê aponta que a escola melhorou. Aponta que há um colégio que atende e funciona as séries iniciais do Ensino Fundamental Menor, (ver foto 4, abaixo) porém, há um ônibus coletivo para os que estudam em outros lugares, como ele disse, “Na rua”. Angico diz que o serviço é precário. Inclusive lembrou o tempo em que o ônibus só buscava até o rio, fazendo com os pais se arriscassem para levar os filhos para conseguir pegar o ônibus coletivo. O entrevistado 3, Aroeira, aponta que a questão educacional não é muito boa. Apresenta que a escola é multisseriada, assim, crianças de diferentes séries, compartilham do mesmo espaço e professor. Essa realidade demonstra que o desenvolvimento promovido pelo agronegócio não se traduz automaticamente em desenvolvimento social. Fernandes (2008, p. 3) afirma que o

agronegócio está centrado na produtividade e no mercado, e não na transformação das estruturas sociais. Assim, a educação continua enfrentando limitações estruturais.

Foto 4 – Escola Municipal Higino de Araujo Lima da Cachoeira do Pesqueiro Largo



Fonte: Franckson rodrigues Lima, Registro pessoal 2026

Depois de perguntarmos sobre elementos gerais do povoado, focamos as questões nas percepções dos moradores em relação a ação do agronegócio. Desta maneira, de início, questionamos sobre: **“Que tradições ou costumes antigos você sente que estão se perdendo com essas mudanças?”** Ypê de pronto fala do andar montado (andar de cavalo), evidencia que quase todos estão a usar somente motos. Angico acredita que a maior perda é o abandono da própria comunidade. Em que muitos saem para estudar, com a esperança de melhorar de vida, e depois não criam mais raízes na comunidade. Todos acabam buscando o estudo: *“[...] para que no futuro o filho seja que nem você que ta me entrevistando ta querendo hoje, ta certo!”*. Aroeira evidencia a inserção das tecnologias na vida cotidiana como o principal vetor de mudança. Verifica que as pessoas ficam em volta do aparelho celular e não mais procuram se reunir para conversar sobre o viver.

Ao serem perguntados diretamente sobre a chegada do Agronegócio: **“Após a chegada da grande produção agrícola, o que você percebeu que mais**

mudou no povoado?” Ypê diz que uma das melhoras foi na criação de gado, uma vez que o fazendeiro compra a produção da comunidade. Angico aponta que os grandes empresários trouxeram empregos, pois precisavam de mão-de-obra. Além do mais, com o interesse de trabalhar nas grandes fazendas, vieram pessoas da cidade para morar no povoado. Aroeira acredita que a chegada da grande produção só tem beneficiado a comunidade, agregando. Aponta que a tendência é melhora cada vez mais com a chegada dos empreendimentos. A geração de empregos demonstra a inserção do território na lógica produtiva do agronegócio. No entanto, Fernandes (2008, p. 1) explica que o agronegócio é resultado da expansão do modelo capitalista no campo. Dessa forma, os moradores passam a depender economicamente das grandes propriedades, reduzindo sua autonomia produtiva.

Posteriormente, perguntamos se: **“Essas mudanças foram positivas, negativas ou um pouco de cada? Por quê?”** Ypê diretamente responde que foi positiva. Angico, por sua vez, diz que do ponto de vista do emprego, foi bom. Porém, relata que na perspectiva de investimento dentro das propriedades do povoado, a situação é prejudicial, pois os moradores acabam trabalhando nas propriedades alheias e deixando de trabalhar em seus lotes. Aroeira aponta que é positiva. Uma vez que acredita que tudo que entra no povoado é para agregar na comunidade. Essa percepção positiva está associada ao acesso ao trabalho e à renda. No entanto, Fernandes (2008, p. 2) afirma que o agronegócio promove a exclusão por meio da produtividade intensiva. Assim, embora existam benefícios econômicos, também existem impactos estruturais que reforçam desigualdades no território.

Aproveitamos o momento de entrevista e perguntamos sobre o uso de veneno/agrotóxico nas grandes propriedades: **“Você tem conhecimento sobre o uso de agrotóxicos nas grandes plantações da região?”**. Ypê diz que não. Angico diz que antigamente se resolvia tudo na enxada, porém, aumentou e muito as ervas daninhas, assim, o uso de agrotóxico se faz presente. Inclusive muitos nem usam mais máquinas, já utilizam drones para a pulverização do agrotóxico. Aroeira diz não conhecer o uso de agrotóxico por parte dos grandes proprietários. O uso de tecnologias avançadas demonstra a modernização produtiva associada ao agronegócio. Fernandes (2008, p. 6) afirma que o agronegócio domina a tecnologia e os meios de produção. Dessa forma, o território passa a ser reorganizado conforme a lógica produtiva capitalista, impactando o meio ambiente e as relações sociais.

Por fim, perguntamos sobre o Rio Grajaú e seus tributários: **“O rio ou o riacho daqui sofreram algumas alterações desde o avanço do agronegócio?”** Ypê diz que um fazendeiro próximo fez uma barragem no riacho, assim, por um tempo, o riacho secou. Acredita que o riacho foi feito para uso pessoal, aponta, talvez, o uso para irrigação. Angico diz que a qualidade da água mudou e muito. Rememora que antigamente nem se falava em filtro, se bebia a água e ninguém passava mal. Hoje diz que é inviável consumir a água diretamente do rio. O Aroeira agradece “a Deus” que tudo se mantém o mesmo em relação as águas. Dizendo que todos grandes empresários que chegam buscam preservar. As alterações ambientais demonstram os impactos territoriais do agronegócio. Segundo Fernandes (2008, p. 4), a expansão do agronegócio provoca transformações profundas no território. Assim, os recursos naturais passam a ser utilizados conforme os interesses produtivos, podendo comprometer o equilíbrio ambiental local.

4.1 Entrevista com o Secretário de Agricultura de Grajaú

Nesse momento será abordado a entrevista com o secretário de agricultura do município de Grajaú – MA, conhecido por Antônio Leite Lima de Arruda, da gestão do Prefeito Dr Gilson Bonfim - PSDB (2024-2028). A entrevista visa compreender a expansão do agronegócio no município de Grajaú na percepção política, contudo, ele abrange o contexto relacionando com o poder político dentro do povoado e seu papel para com a comunidade.

Perguntado ao Sr Secretário o que segue: **“Como você vê a expansão do agronegócio para a cidade de Grajaú?”** o mesmo destaca que Grajaú na verdade é uma fronteira agrícola, na qual está no processo de expansão bem rápida. Contudo ele destaca que só a partir do ano de 2000, com a pavimentação da BR 226, houve o início do desenvolvimento do agronegócio no município de Grajaú. Ele destaca como benéficos as oportunidades que a expansão do agronegócio trouxe, como, por exemplo, a produção em longa escala e muitas oportunidades de emprego e até mesmo para os pequenos agricultores produzir em sua própria propriedade. Ele destaca que o município tem um corpo técnico preparado e alguns programas federais para dá apoio a esses agricultores.

Perguntado sobre os malefícios, ele destaca que, na verdade, o que precisa são de ajustes, como a pulverização de defensível agrícola, porém, o município tem a secretaria do meio ambiente que atua de forma presente na área da agricultura, alegando que todos os produtores estão ajustados a forma que a legislação requer. Por fim, ele conclui a pergunta afirmando que não existe nenhum problema em relação ao agronegócio em nosso município. A fala do secretário evidencia a percepção institucional de que o agronegócio representa progresso e desenvolvimento econômico. Essa visão está associada ao aumento da produção e da circulação de capital no território. No entanto, conforme Fernandes (2008, p. 2), o agronegócio “procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país”, destacando principalmente seus aspectos econômicos positivos. Dessa forma, observa-se que a percepção do poder público está alinhada com o discurso dominante do agronegócio, que enfatiza o crescimento econômico, mas nem sempre evidencia as desigualdades e contradições sociais geradas por esse modelo de produção.

Sobre a seguinte pergunta: **“Em relação a área rural, como você ver a influência do agronegócio?”** Ele destaca que antes a não se tinha perspectiva de

crescimento por falta de investimento, hoje se tem esse investimento por meio dos governos estaduais e municipais, essa parceria esta atribuída as construções de pontes e estradas de qualidade para atender o fluxo de veículos ligado a produção agrícola, ele salienta que: “a zona rural hoje é o carro chefe do nosso município, é o setor que está proporcionando a economia sustentável do nosso município proporcionando renda está elevando o PIB do nosso município.”

Perguntado sobre a comunidade em estudo: **“Em específico o povoado cachoeira do pesqueiro, como é a influência entre o povoado e a prefeitura?”** o mesmo responde que: *“A gestão municipal ela está iniciando agora, então nós já conseguimos chegar em vários povoados e a Cachoeira do Pesqueiro é um povoado também que está dentro do nosso mapeamento de ações, lá a prefeitura está construindo uma ponte de (concreto), então essa primeira grande ação, por que precisa ter acesso para conter as ações de investimento para as melhor produzir, e iremos chegar lá todas as ações governamentais e secretarias de agricultura e produção familiar que é uma determinação uma vontade maior do nosso prefeito Gilson Guerreiro”.* (Arruda,2025)

A questão seguinte foi: **“A prefeitura tem dados da quantidade de lojas agropecuárias que abriu na cidade de Grajaú desde de seu desenvolvimento no ramo do agronegócio.”** Ele afirma que Grajaú hoje tem em média de 15 lojas grandes sem contar com as menores, são lojas que atende a todo o território nacional, e agregado as lojas se veio também o corpo técnico.

Diante disso, foi perguntado a seguinte questão: **“E empregos diretos e indiretos? Você tem alguma informação?”**. Ele responde que tem em média de 2 mil empregos diretos e indiretos ao campo e destaca os seguintes serviços, seria o posto de combustível que está vendendo mais, os serviços de hotelaria, restaurantes oficinas, insumos, máquinas, tudo isso relacionado a produção agrícola. A geração de empregos é frequentemente apresentada como um dos principais benefícios do agronegócio. No entanto, é importante compreender que esses empregos estão inseridos dentro de uma lógica produtiva baseada na concentração de terra e capital. Segundo Fernandes (2008, p. 1), o agronegócio tem origem no sistema plantation, caracterizado por grandes propriedades voltadas à produção em larga escala. Isso demonstra que os empregos gerados estão associados a um modelo concentrador, no qual os trabalhadores exercem funções subordinadas às grandes propriedades. Assim, embora o agronegócio contribua para a

geração de trabalho, ele também reforça relações de dependência econômica e reduz a autonomia dos pequenos produtores.

Na pergunta seguinte: **“A prefeitura tem alguma política para fortalecer a agricultura familiar dos pequenos e médios agricultores? Se sim, quais políticas?”**. O secretário deixa bem claro que acredita que Grajaú está na frente de outros municípios do maranhão em questão de políticas públicas. De início, foi viabilizado a aquisição de terras para os pequenos agricultores, entretanto, o município tem 19 assentamentos rurais pelo INCRA (Instituição Nacional de Colonização e Reforma Agrária), todos foram buscados através de lideranças políticas. Arruda, faz um breve levantamento de alguns programas, afirmando que: *“Além do mais nós temos os programas de aquisição da agricultura familiar, então nós temos um atendimento muito grande, nós compramos um grande volume desses produtores, os produtores tem uma renda semanal, semanalmente os agricultores estão fazendo suas entregas no PAAF (Programa de Apoio a Ação de Formação) do município, nós temos também o programa do PENAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o município compra 30% referente ao recurso destinado ele compra de produto na produção familiar, compra o cheiro-verde, abóbora, macaxeira, melancia, banana, farinha e hoje nós temos esses programas em pleno funcionamento e a gente ver a animação desses produtores”* (ARRUDA, 2025)

Diante desse contexto, foi perguntado ao secretário a seguinte questão: **“Na parte da esfera estadual quais são as políticas que se tem para fornecer a produção do agronegócio para os pequenos e médios agricultores?”** o mesmo respondeu que o governo do estado (Governador Carlos Brandão- PSB 2022- ATUALIDADE) tem sido uma referência para o município, citando como referência o programa PAAF (Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar) e os convênios com fornecimento para as escolas. Sobre a esfera Federal, o secretário destaca que o governo federal contribui com os fomentos para esses assentamentos, ele salienta que o município é contemplado na construção de casas para esses assentamentos, contudo, o município elabora esses projetos através da secretaria de habitação. A fala do secretário evidencia o reconhecimento da desigualdade existente entre os diferentes modelos de produção agrícola. Fernandes (2008, p. 5) afirma que “o controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio”, demonstrando que esse modelo se baseia na concentração fundiária. Nesse sentido, os pequenos produtores enfrentam maiores dificuldades para competir com as grandes

propriedades, que possuem maior acesso a recursos financeiros, tecnológicos e infraestrutura. Isso contribui para a reprodução das desigualdades no espaço rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar a expansão do agronegócio no município de Grajaú–MA, a partir da percepção dos moradores do Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo, buscando compreender os impactos socioeconômicos, territoriais e ambientais decorrentes desse processo. Para tanto, articulou-se a pesquisa bibliográfica com o trabalho de campo, por meio da realização de entrevistas com moradores da comunidade e com o Secretário Municipal de Agricultura.

A análise dos dados permitiu constatar que a expansão do agronegócio em Grajaú–MA está inserida em um contexto mais amplo de avanço da fronteira agrícola no sul do Maranhão, associado à modernização da produção, à ampliação das infraestruturas e à intensificação das relações capitalistas no campo. Esse processo tem promovido transformações significativas no espaço rural, redefinindo formas de uso da terra, dinâmicas produtivas e relações sociais.

A partir da percepção dos moradores do Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo, observou-se que a expansão do agronegócio é compreendida de maneira ambígua. Por um lado, é vista como responsável pela geração de empregos, melhoria no acesso a infraestruturas, como estradas, pontes e energia elétrica, além de ampliar oportunidades de renda para parte da população local. Por outro lado, também se evidenciam preocupações relacionadas à diminuição da produção agrícola familiar, à dependência do trabalho assalariado nas grandes propriedades, à perda de práticas tradicionais e às alterações nos recursos hídricos da região.

As entrevistas revelaram ainda percepções distintas entre os moradores, influenciadas pela relação direta ou indireta com os empreendimentos do agronegócio. Destaca-se que parte dos entrevistados mantém vínculo empregatício com grandes propriedades agrícolas, o que contribui para uma visão mais positiva sobre os efeitos do agronegócio, enquanto outros demonstram maior preocupação com os impactos ambientais e com a fragilização da agricultura familiar.

No que se refere à atuação do poder público municipal, constatou-se que o agronegócio é compreendido pela gestão como um dos principais vetores do crescimento econômico de Grajaú–MA, sendo associado ao aumento do Produto Interno Bruto, à geração de empregos diretos e indiretos e à ampliação das atividades econômicas locais. Embora existam políticas públicas voltadas à agricultura familiar,

como programas de aquisição de alimentos e incentivos produtivos, os relatos dos moradores indicam que essas ações ainda são insuficientes para atender plenamente às demandas das comunidades rurais.

Diante disso, conclui-se que a expansão do agronegócio em Grajaú-MA apresenta benefícios econômicos relevantes, mas também impõe desafios sociais, territoriais e ambientais às comunidades rurais, como o Povoado Cachoeira do Pesqueiro Largo. Torna-se, portanto, fundamental o fortalecimento de políticas públicas que promovam a valorização da agricultura familiar, o uso sustentável dos recursos naturais e a participação efetiva das comunidades locais nos processos de planejamento e desenvolvimento rural.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões sobre o agronegócio no sul do Maranhão, em específico o município de Grajaú para a reflexão crítica acerca dos seus impactos no espaço rural, servindo como subsídio para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas mais justas e equilibradas.

REFERÊNCIAS

- AZAR, Z. S. O agronegócio no Maranhão: uma estratégia destrutiva do capitalismo neoliberal no campo. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 7., 2015, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: [s.l.], 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo10/o-agronegocio-no-maranhao-uma-estrategia-destrutiva-do-capitalismo-neoliberal-no-campo.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- BARBOSA, Z. M. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: Editora UEMA, 2006.
- BOTELHO, R. E. P. **O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico informacional**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/18905/1/RaimundoEPB_DISSERT.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.
- BOTELHO, R. G. M.; DA SILVA, A. S. Bacia hidrográfica e qualidade ambiental. *In: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. Reflexões sobre a geografia física no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- FAPCEN - Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte. **Quem somos** [site]. 2022. Disponível em: <https://fapcen.org.br/>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Agronegócio e Reforma Agrária*. Presidente Prudente: UNESP, 2008.
- FERREIRA, M. G. R. Estruturação do Espaço Sul Maranhense Visando a Expansão da Fronteira do Capital. *In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 12., 2009, Brasil. **Anais** [...]. Brasil: Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão, 2012. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1NkFGPFt0ckJ:observatorioogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/GeografiaespaciaI/76.pdf+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- FERREIRA, M. J. M. *et al.* Gestão e uso dos recursos hídricos e a expansão do agronegócio: água para quê e para quem?. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 21, n. 3, p. 743-752, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n3/1413-8123-csc-21-03-0743.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- IBGE. **Grajaú (MA)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 15. p. 179-182. (Enciclopédia dos municípios brasileiros). Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_15.pdf. Acesso em: nov. 2025.
- MAPA de mesorregiões do Maranhão. [S.l.]: baixar mapas, 2025. 1 mapa colorido. Disponível em: <https://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-mesorregioes-do-maranhao/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

PACHECO FILHO, A. K. G. Vareiros do Rio Grajaú. **História Revista**, [s./l.], v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/9515/6586>. Acesso em: 5 jun. 2022.

PINTO, V. P. S.; ZACARIAS, R. Crise ambiental: adaptar ou transformar? As diferentes concepções de educação ambiental diante deste dilema. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 39-54, set. 2009/fev. 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2011/10/Artigo-02-14.2.pdf>. Acesso em: 5 jun. 22.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar da pesquisa de campo referente ao estudo intitulado como **A Expansão do Agronegócio na Cidade de Grajaú - MA a partir da Percepção dos Moradores dos Povoados Cachoeira do Pesqueiro**. Orientado pelo professor Dr. Robson e desenvolvido pelo acadêmico **Gustavo Almeida Sousa Silva** da **Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus Grajaú** a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone **(99) 99143-5662** ou e-mail: gustavoal.sousa14@gmail.com

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário escrito a ser realizado a partir da assinatura desta autorização. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Grajaú ____ de _____ de 2025

Entrevistado

Entrevistador

Orientador

APÊNDICE B – O ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Entrevistas com os moradores do Povoado cachoeira do Pesqueiro Largo

Dados pessoais:

- Nome completo:
- Idade:
- Há quanto tempo mora neste povoada?
- Estado civil:
- Possui filhos? Quantos?
- Possui netos? Quantos?
- Nível de escolaridade:

Atividades agrícolas:

- Você possui terra ou propriedade agrícola?
- O que você cultiva, produz ou cria atualmente?
- Há algo que gostaria de produzir, mas ainda não faz? Por quê?
- Quais são as principais dificuldades para produzir o que deseja?

Percepções sobre mudanças no povoado:

- Como você percebe as transformações que aconteceram no povoado nos últimos anos?

Características do povoado:

- Como você avalia os serviços de saúde disponível aqui? (Ex.: postos, médicos, remédios)
- E a educação? Como é a situação das escolas, transporte, escolar e acesso ao ensino?

História e cultura local:

- Que tradições ou costumes antigos você sente que estão se perdendo com essas mudanças?

Impactos do agronegócio:

- Após a chegada da grande produção agrícola, o que você percebeu que mais mudou no povoado?
- Essas mudanças foram positivas, negativas ou um pouco de cada? Por quê?
- Você tem conhecimento sobre o uso de agrotóxicos nas grandes plantações da região?
- O rio ou o riacho daqui sofreram algumas alterações desde o avanço do agronegócio?

APÊNDICE C – O ROTEIRO DAS ENTREVISTA COM O SECRETARIO DE AGRICULTURA DE GRAJAÚ

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O SECRETARIO DE AGRICULTURA DE GRAJAÚ

1. Sr. Secretario, qual seu nome?
2. Sr. Qual sua formação?
3. Sr. Secretario, como você ver a expansão do agronegócio para a cidade de Grajaú?
 - I. Quais benefícios você destaca?
 - II. Tem malefícios? Se sim, quais?
4. Em relação a área rural, como você ver a influência do agronegócio?
5. Em específico o povoado cachoeira do pesqueiro, como é a influência entre o povoado e a prefeitura?
6. A prefeitura tem dados da quantidade de lojas agropecuárias que abriu na cidade de Grajaú desde de seu desenvolvimento no ramo do agronegócio.
7. E empregos diretos e indiretos? Você tem alguma informação?
8. A prefeitura tem alguma política para fortalecer a agricultura familiar dos pequenos e médios agricultores? Se sim, quais políticas?
9. Na parte da esfera estadual quais são as políticas que se tem para fornecer a produção do agronegócio para os pequenos e médios agricultores?
 - I. E na esfera federal?